



- REQUERIMENTO Número /XII  
( .ª)
- PERGUNTA Número /XII  
( .ª)

**Assunto: Nomeação para a comissão executiva da Caixa Geral de Depósitos de gestor indemnizado em 500 mil euros**

**Destinatário: Ministério do Estado e das Finanças**

*Exma. Senhora Presidente da Assembleia da República*

O Governo, tutela da Caixa Geral de Depósitos, escolheu nomear para administrador executivo João Coutinho, que tinha já desempenhado funções análogas em 2004/2005.

Segundo informações divulgadas pela comunicação social, o ex-administrador agora proposto para integrar a comissão executiva participou neste órgão durante seis meses em 2004, tendo sido exonerado pelo Ministro Bação Félix, aquando do conflito na administração partilhada entre Mira Amaral e António de Sousa. A administração seguinte, nomeada pelo ministro das finanças do Governo de Santana Lopes, e liderada por Vítor Martins, terá atribuído a João Coutinho uma indemnização entre os 500 mil e os 800 mil euros.

Ainda segundo a mesma fonte, a indemnização recebida pelo administrador terá sido apontada pela Comissão de Seleção e Recrutamento da Administração Pública (CRESAP) como uma “questão ética” a ser levada em consideração pela tutela, nomeadamente no momento do cálculo do futuro salário de João Coutinho.

Acompanhando as preocupações levantadas pela CRESAP, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda considera relevante que se esclareçam todas as questões éticas relacionadas com esta nomeação, sobretudo no que diz respeito ao valor e tratamento da indemnização anteriormente atribuída.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Estado e das Finanças, as seguintes perguntas:*

1. Qual o valor exato da indemnização paga pela CGD ao administrador João Coutinho no momento da sua exoneração em 2004?
2. Por que razão não considera o Governo esta uma questão ética a ser levada em conta na decisão de nomeação?
3. De que forma irá a tutela acautelar as preocupações éticas manifestadas pela CRESAP relativamente à nomeação de João Coutinho?
4. De que forma será esta indemnização refletida no processo de negociação salarial do futuro administrador?

Palácio de São Bento, 25 de junho de 2013.

**O deputado  
Pedro Filipe Soares**